

**ALINE EYNG SAVI**

**A IMPORTÂNCIA DO DESENHO LÚDICO NA ELABORAÇÃO DE  
PROJETOS DE ABRIGOS INFANTIS**

**FLORIANÓPOLIS – SC**

**2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC**  
**CENTRO TECNOLÓGICO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E**  
**URBANISMO**

**ALINE EYNG SAVI**

**A IMPORTÂNCIA DO DESENHO LÚDICO NA ELABORAÇÃO DE**  
**PROJETOS DE ABRIGOS INFANTIS**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Área de Concentração Planejamento e Projeto de Arquitetura como requisito obrigatório para a inscrição no processo de seleção.

**FLORIANÓPOLIS – SC**

**2006**

## **1 TÍTULO**

A Importância do Desenho Lúdico na Elaboração de Projetos de Abrigos Infantis.

## **2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA PROPOSTA**

Ao longo da história social brasileira, a infância é tratada com princípios nas ações de vigiar e reprimir os desviantes. No entanto, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069, em 1990, instituiu-se aos abrigos a conotação de lares provisórios até a solução dos problemas familiares. O princípio orientador era o acolhimento em pequenos grupos e tais instituições caracterizar-se-iam como habitações de convivências, funcionais nos serviços, acolhedoras e simples em seus aspectos arquitetônicos e, essencialmente educativas em seus ambientes, estimulando o contato social e a preparação para o reingresso à convivência familiar.

Justifica-se a presente pesquisa a partir do fato que os espaços edificados, em virtude da escassez de recursos e do caráter aparentemente provisório das decisões judiciais, são projetados para a funcionalidade na prestação dos serviços. Todavia, acreditar no abrigo enquanto habitação temporária mostra-se errôneo, visto que, em levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) no âmbito nacional em 2003, 78,4% dos jovens institucionalizados (faixa etária entre zero e quatorze anos) possuem estadia prolongada nestes estabelecimentos. Os abrigos tornam-se, então, o momento crucial no universo do usuário, substituindo os laços de parentesco e o cotidiano familiar.

Além disso, a presente pesquisa, em conformidade aos preceitos do Estatuto (1990), trabalhará com a faixa etária denominada criança, entre zero e doze anos incompletos de ambos os sexos, mais o agravante dos internos que permanecem após a idade limite. Deste modo, a ignorância das necessidades infantis pode acarretar problemas de desenvolvimento, baixa auto-estima e dificuldade no estabelecimento de vínculos afetivos e sociais. Logo, justifica-se a aplicação de conceitos como forma de ajustar o ambiente construído ao público que, além das necessidades comuns ao desenvolvimento e crescimento infantil, possuem problemas psicológicos que alteram sua interação e usufruto com o espaço.

Uma forma de fomentar as potencialidades infantis é com a elaboração de espaços lúdicos. A brincadeira aparece, portanto, como uma atividade que permite a apropriação das condutas sociais.

Outro fator de relevância, é que os abrigos funcionem como elementos fundamentais de representatividade da vida humana. Assim, a ambiência do espaço com características de

uma residência unifamiliar é primordial, pois a imagem que a criança forma do convívio familiar é, na sua essência, um desenvolvimento das experiências as quais se sujeita no espaço que convive.

A qualificação que está fora do alcance arquitetônico é a relação interpessoal. Contudo, há reflexo direto no comportamento infantil, bem como no estereótipo da situação. O abrigo tem a finalidade de resgatar o ambiente familiar, substituindo a família original e oferecendo a oportunidade de uma convivência afetiva equilibrada e saudável, condição indispensável ao seu pleno desenvolvimento.

Na realidade particular da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC/SC), região sul do estado de Santa Catarina, onde será realizada a pesquisa, verifica-se a coerência com o quadro nacional descrito. As instituições seguem as premissas estipuladas pelo ECA (1990) e possuem as ações limitadas pela falta de recursos financeiros e pelo caráter transitório das decisões judiciais. Preocupam-se apenas com o acolhimento, sem os cuidados arquitetônicos na adaptação dos ambientes para o público-alvo.

A abordagem central dos estudos estará, por conseguinte, na percepção da interface homem e ambiente. Na constatação de que cada indivíduo percebe e experimenta o mundo de forma individual e única. Além dos conceitos de cidadania, visando valorizar a criança enquanto ser dotado de direitos e deveres, participante das ações do abrigo e por consequência, integrado à sociedade.

Afinal, nos abrigos o meio físico acessível pode ser extremamente libertador, quando levado em conta as diferentes competências e restrições da diversidade humana e a eliminação dos obstáculos reais pode contribuir para a diminuição da barreira invisível: o preconceito com que são vistos os abrigados.

O abrigo visa resguardar e re-socializar, no entanto exclui e destrói as possíveis formas de expressão individual e de grupos, enquanto produz espaços despreocupados com as necessidades do usuário. Deste modo, se permanecer a idéia de que tal instituição é o recurso ideal para a colocação de crianças em situação de negligência, abandono ou órfãs, tem-se a urgência de sua total re-estruturação arquitetônica.

### **3 REVISÃO DE LITERATURA**

A revisão de literatura relacionada aos abrigos serve para estabelecer um modelo teórico de referência e determinar alguns atributos prioritários para o estudo. Trata-se da possibilidade de alinhar os conceitos necessários às denominações e classificações que serão adotadas.

Del Priore (2002) sugere que o fenômeno do abandono de crianças no passado tornou-se alvo de muitos estudos, provavelmente para a melhor compreensão desta prática no presente. No início do século XXI, percebe-se um novo período no assistencialismo que é chamado por Passeti (1987) de “nova filantropia” e os trabalhos sistematizam o aumento da participação do setor privado.

Conforme Serra (2003, p.24), o ECA (1990) permitiu “[...] que a criança deixe de ser um objeto e passe a ser um sujeito de Direito” e o artigo 92 do referido Estatuto determina ao abrigo: “[...] preservação dos vínculos familiares; [...] atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; [...] participação na vida da comunidade local; [...] participação de pessoas da comunidade no processo educativo”.

Gesell (1998) afirma que o abrigo tem a finalidade de resgatar o ambiente familiar, substituindo a família original das crianças em situação de negligência. Por sua vez, Rizzini (2004) ressalta as dificuldades encontradas pelas instituições, que além das condições financeiras para prover os serviços, possuem falta de reestruturação sócio-familiar para efetivar a reintegração.

Utilizar-se-á, também, conceitos multidisciplinares, visto que as avaliações dos estudos de caso serão fundamentadas nos preceitos da Psicologia Ambiental. Esta é definida por Altman (1975) como o estudo do comportamento e do bem-estar humano em relação às condições do ambiente. Ittelson et al. (1974) complementam afirmando que é o processo de integração e usufruto do espaço pelo homem, com aquele como agente integral no processo.

Conforme Lee (1976, p.27), avaliar o espaço é indispensável, pois “[...] o ambiente físico é um dos conjuntos de influências que se exercem sobre o comportamento, os juízos, as percepções e emoções. Nessa medida, modela parcialmente as nossas personalidades. Inversamente, dispomos de forças poderosas sob nosso comando para modelar o ambiente físico”.

Ainda, segundo Okamoto (2002) o comportamento é uma resposta à percepção do ambiente através dos vários estímulos por ele emitido. Tuan (1984, p.14) afirma que “A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo [...] a criança aprende sobre o mundo e desenvolve a coordenação sobre ele”. Assim, segundo Bins Ely (2004), “Quando um ambiente físico responde as necessidades dos usuários tanto em termos funcionais (físicos/cognitivos) quanto formais (psicológicos), certamente terá um impacto positivo na realização das atividades”.

Para a criança, o ambiente serve, portanto, como fornecedor de oportunidades ao

desenvolvimento em termos funcionais e formais. A aprendizagem eficaz ocorre quando uma criança é apresentada a uma série de desafios. Portanto, os ambientes que incentivam e promovem a competência, permitindo que as crianças executem as habilidades próprias da idade e, igualmente, conduzem-nas para realizações de maior complexidade, devem incluir em seus projetos: controle, privacidade, complexidade, exploração, restauração, identidade, legibilidade e segurança. (TRANCIK; EVANS, 1995).

Assim, segundo Newcombe (1999), o tratamento disponibilizado deve refletir no desenvolvimento e no comportamento. Os espaços que desconsideram a percepção ambiental e as trocas sociais podem produzir, de acordo com a autora, aumento da agressividade e outros tipos de estresses que são agravados pela situação em que se encontram os usuários. Logo, Bins Ely (2004) confirma a importância de minimizar os efeitos negativos da permanência no espaço, como o estresse ambiental, que pode ocasionar malefícios tanto psicológicos quanto físicos e é causado pela ausência de estímulos no ambiente.

Com base em Vygotsky, pode-se considerar o ambiente lúdico um instrumento mediador, um estímulo, no processo de desenvolvimento infantil e segundo Fantin (1996), brincando a criança se relaciona com outras pessoas, experimentando, investigando e ampliando conhecimentos do mundo que a cerca e de si própria.

Porquanto, de acordo com Bins Ely (2004), “[...] a responsabilidade em projetar vai além do desenho de ambientes eficazes em termos de conforto e segurança [...] Pressupõe, também, compreender suas necessidades formais e estéticas a fim de assegurar um espaço agradável, de prazer e bem-estar”. Pois o indivíduo pode não se apropriar ou se sentir parte dos lugares que o circundam e isto pode ocasionar descompasso no desenvolvimento motor infantil nos primeiros anos de vida, como afirmam Bessa et al. (2002).

A este comportamento Sommer (1973) denominou “mal do institucionalizado”. Ele afirma que nos ambientes institucionais, onde há fragilidade e insuficiência das noções de territorialidade, espaço pessoal, habitabilidade e humanidade, os usuários desenvolvem passividade com relação ao ambiente. Bessa et al. (2002, p.43), asseguram que “O homem, sobretudo, agindo em grupo, pode alterar as regras de um determinado local, apropriando-se do espaço de maneira imprevista, porém o espaço configurado pode também compeli-lo a assumir certas regras e comportamentos impostos de maneira tácita”.

Por fim, Santos (2000, p. 87) observa: “O princípio que deve nortear a ação dos que trabalham com crianças em situação de abrigo deverá ser sempre o de garantir à criança as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento, tanto no presente quanto no futuro”.

## **4 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA**

A maior problemática é o “Mal do Institucionalizado” (SOMMER, 1973, p.117), que ocasiona a passividade das crianças nas interações com o ambiente construído. Como agravante, tem-se os diferentes estágios de crescimento e desenvolvimento infantil.

A pergunta originada desta problemática é: “Qual (is) instrumento (s) utilizar para coletar informações de crianças acerca dos aspectos do ambiente lúdico que as afetam nos diferentes estágios de crescimento e desenvolvimento?”.

## **5 OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

Definir um instrumento, ou instrumentos, para coletar informações de fonte primária (crianças) em abrigos infantis, visando analisar quais aspectos do ambiente lúdico afetam mais a criança nos diferentes estágios de crescimento e desenvolvimento.

### **Objetivos Específicos**

- Identificar a relação existente entre a missão do abrigo infantil e as estruturas de atendimento no espaço;
- Identificar as necessidades físicas e, principalmente, psicológicas do crescimento e desenvolvimento das crianças em abrigos infantis;
- Obter informações específicas acerca de características comportamentais das crianças em abrigos infantis;
- Diagnosticar aspectos arquitetônicos positivos e negativos dos projetos de abrigos infantis referentes às características e necessidades de crescimento e desenvolvimento das crianças.

## **6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa se fundamentará nos seguintes procedimentos:

1 – Estudos Teóricos através de revisão bibliográfica visando situar e compreender melhor as características e necessidades das crianças dentro da faixa etária do sujeito de pesquisa (zero até doze anos, mais o agravante além da idade limite) e qual a relação existente entre a missão do abrigo e as estruturas de atendimento.

As fontes secundárias de abrangência englobarão: publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos.

O intuito será avaliar o tema em questão sob o enfoque da Psicologia Ambiental. Esta forma de estudo ainda não fora utilizada no Brasil, ao menos pelo conhecimento da pesquisadora.

Tanto nos estudos teóricos, quanto nos práticos, os assuntos relacionados serão:

- Leis, normas e condutas dos abrigos infantis;
- etapas, características, particularidades, necessidades e exigências do crescimento e desenvolvimento infantil;
- conseqüências da internação em abrigos infantis;
- Ambiente Lúdico (brincar e brincadeira);
- Psicologia Ambiental (relação homem e espaço);
- métodos e técnicas utilizados para obtenção de dados com crianças.

2 – Entrevistas Semi-estruturadas visando à obtenção de dados acerca dos temas relevantes à pesquisa. Utilizar-se-á uma série de tópicos que englobarão:

- Leis, normas e condutas dos profissionais que trabalham em abrigos infantis;
- motivos e razões das internações em abrigos infantis;
- formas de atendimento em abrigos infantis (missões e objetivos);
- características e particularidades da internação de crianças em abrigos infantis.

Tais entrevistas serão realizadas com profissionais que trabalham diretamente com o tema em questão, serão eles: juiz da vara da infância e juventude, conselheiro tutelar, pedagogo, psicólogo, mãe social (pessoa da comunidade qualificada para cuidar de crianças residentes num abrigo, figurando como mãe substituta que exerce uma atividade remunerada) e médico.

Com os funcionários dos abrigos pesquisados, objetiva-se que tais entrevistas permitirão a obtenção de informações relevantes às:

- características e particularidades específicas das crianças nos abrigos infantis estudados, tanto no crescimento, quanto no desenvolvimento;
- formas de apropriação do espaço;
- particularidades na interação com outros internos.

As entrevistas terão como função servir de recurso justificativo para a fundamentação teórica, visando situar e compreender melhor como as crianças apropriam-se do espaço e quais as características desta apropriação. Além de quais reações infantis podem ser caracterizadas como “mal do institucionalizado” (SOMMER, 1973, p.117) e qual a relação existente entre a missão do abrigo e as estruturas de atendimento.

Todas as entrevistas serão gravadas, transcritas e tratadas por análise de conteúdo para

a posterior utilização como recurso justificativo para a fundamentação teórica, possibilitando a avaliação e comparação da teoria com a prática.

3 – Seleção dos objetos visando à análise dos abrigos com base no arcabouço construído na primeira etapa.

3.1 - Primeiramente, será realizada uma coleta de dados, junto ao juizado da infância e adolescência e ao conselho tutelar, acerca dos abrigos existentes na região da AMREC/SC.

Tal etapa visa reunir informações para a organização de um inventário, utilizando-se de fichas de cadastro (a serem desenvolvidas ou adaptadas nesta pesquisa) contendo: nome da instituição, município, telefones e outras formas de contato, ano de fundação, diretor(a) responsável, número de crianças atendidas, número de funcionários, formas de obtenção de recursos financeiros e missão da instituição. Esta lista será utilizada na etapa seguinte para a seleção das instituições que em potencial poderão contribuir para a pesquisa.

3.2 - Munido destas informações a pesquisadora pretende escolher quais serão os dois abrigos que irão compor o trio a ser pesquisado. Visto que já se dispõe da escolha de visita a um dos abrigos da rede Aldeia SOS.

Para a escolha dos casos a serem pesquisados serão realizadas visitas exploratórias, onde o propósito é avaliar, a partir da missão de cada instituição, o tratamento e a infraestrutura disponibilizados às crianças. É importante frisar que a escolha também levará em conta a disponibilidade das instituições em cooperar com a pesquisa, assim como os critérios abaixo:

- Abrigo A: abrigo infantil institucional;
- Abrigo B1: abrigo infantil mantido pelo terceiro setor, com aspectos negativos;
- Abrigo B2: abrigo infantil mantido pelo terceiro setor, com aspectos positivos

(Aldeia SOS).

3.3 – Após a escolha dos abrigos, serão realizadas visitas para observações sistemáticas, ou seja, será avaliada uma série de tópicos, todos relativos à ambiência do abrigo e à relação usuário e espaço construído. Para isto, as técnicas utilizadas serão: levantamento arquitetônico; medições e coleta de material iconográfico; registro fotográfico; além das anotações através de uma planilha (a ser desenvolvida nesta pesquisa) acerca dos acabamentos, estados de conservações dos elementos construtivos e mobiliários, bem como a acessibilidade aos ambientes.

Tal etapa visa à sistematização dos pontos positivos e negativos de cada um dos três abrigos escolhidos, para a posterior avaliação crítica com base na fundamentação teórica reunida.

4 – Proposição de um instrumento, ou instrumentos, para a obtenção de dados de fonte primária (criança). Visto que o usuário é de difícil acesso e torna-se a problemática essencial da pesquisa, pois a obtenção de informações de forma eficaz acerca de quais aspectos do ambiente lúdico afetam mais a criança nos diferentes estágios de crescimento e desenvolvimento, necessita de um instrumento que recolha informações com isenção de interferências dos responsáveis pela criança e do pesquisador e que respeitem as características próprias de cada faixa etária, ponderando as restrições quanto às atribuições cognitivas e físicas.

Após a definição do instrumento, pretende-se o teste do instrumento(s) a partir da aplicação, em um dos abrigos apresentados, de preferência no espaço mais carente de estímulos à criança, através de um estudo de caso, observando de que forma a criança se apropria do espaço e quais os aspectos do desenho lúdico são mais significativos e relevantes às necessidades do sujeito em questão. A escolha do caso mais crítico visa constatar a eficácia do(s) instrumento(s), pois a o embotamento social da criança será mais significativo no espaço com menos estímulos arquitetônicos e por conseqüência será um sujeito de pesquisa com maiores restrições para a coleta de informações.

5 – Análise crítica dos resultados obtidos, apresentados na forma de textos e imagens, visando correlacionar as informações obtidas nos itens 1 e 2 e 3 com o estudo de caso (item 4), assim tem-se as informações colhidas no espaço e as necessidades específicas do usuário, revelando as carência das contribuições arquitetônicas para a interface homem e ambiente, isto é, para a construção de um ambiente libertador que leve em conta as competências e restrições humanas através dos aspectos do desenho lúdico e que possibilite a eliminação de obstáculos reais no intuito de minimizar a barreira invisível do preconceito.

## **7 RESULTADOS ESPERADOS**

1 – Definição do(s) instrumento(s) para coleta de informações de fonte primária;

2 - Diagnósticos dos pontos negativos.

Com os diagnósticos dos pontos negativos a partir do estudo de caso, busca-se a elaboração de um conjunto de medidas práticas a serem seguidas para a adequação dos abrigos estudados às exigências do público-alvo e conceito arquitetônico. Tais medidas visam suprir a ausência de fundamentos para a elaboração de projetos de tal ordem, tanto no ECA (1990), quanto nas instâncias menores.

Através da definição do instrumento(s) para coleta de informações de fonte primária (criança), visa-se a contribuição para futuras pesquisas interessadas em coletar e estudar

informações acerca do universo infantil e da sua percepção do espaço.

A partir destes resultados, diagnóstico e definição do(s) instrumento(s), pretende-se indicar as situações e os problemas dos abrigos avaliados e traçar subsídios para a elaboração futura de diretrizes e parâmetros, com bases nos princípios de promoção dos valores de cidadania, a partir do fomento da relação harmoniosa entre ambiente e usuário, respeitando as diferenças e necessidades próprias de cada período de desenvolvimento e crescimento infantil e visando possibilitar a criação de ambientes mais acolhedores e favoráveis ao estabelecimento de relações familiares, lúdicas e que amenizem a situação de estresse das crianças.

## 8 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Obtenção de créditos; elaboração de trabalhos acadêmicos relacionados ao tema da pesquisa + Proficiência	■	■	■	■	■	■	■	■	■															
Revisão de Literatura	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Pesquisa de campo										■	■	■	■											
Estudo acerca do método de uso										■	■	■	■											
Aplicação de teste piloto													■	■										
Qualificação															■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Compilação dos dados obtidos															■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Verificação crítica																				■	■	■	■	■
Finalização da redação da dissertação																				■	■	■	■	■
Defesa																								■

## 9 REFERÊNCIAS

ALTMAN, Irwin. **The environment and social behavior**. Monterey, CA: Brooks/Cole.1975.

BESSA, Olavo Fontes Magalhães et al. Ergonomia de Mobiliário Urbano a partir de critérios da Ergonomia do Ambiente Construído. In: **Revista de Ergodesign e Usabilidade**. Rio de Janeiro: iUser, ano I, vol.1, fascículo 01, inverno 2002.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Ministério da Ação Social, 1991. 110 p.

BINS ELY, Vera Helena Moro. Acessibilidade Espacial – Condição Necessária para o Projeto de Ambientes Inclusivos. In: MORAES, Anamaria (org.). **Ergodesign do Ambiente Construído e**

**Habitado:** Ambiente Urbano, Ambiente Público, Ambiente Laboral. Rio de Janeiro: IUER, 2004. 146pg.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. 444 p.

FANTIN, Mônica. **No mundo da brincadeira:** jogo, brinquedo e cultura na educação infantil. Florianópolis: Ed. Cidade Futura, 2000. 244 p.

GESELL, Arnold. **A criança dos 5 aos 10 anos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 403 p.

ITTELSON, William; PROSHANSKY, Harold M.; RIVLIN, Leanne G.; WINKEL, Gary H.. **An Introduction to Environmental Psychology**. New York: David Dempsey Editorial Associate, 1974. 406p.

LEE, Terence. **Psicologia e Meio Ambiente**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1998. 331p.

NEWCOMBE, Nora. **Desenvolvimento infantil:** abordagem de Mussen. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999. 561 p.

OKAMOTO, Juan. **Percepção Ambiental e Comportamento:** visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Mackenzie, 2002. 261p.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula Amais, 1997. 301 p.

PASSETTI, Edson. **O que é menor**. Coleção Primeiros Passos nº 152, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

SERRA, Márcia Milena Pivatto. **Aspectos Demográficos da Circulação de Crianças no Brasil**. Tese de Doutorado no Núcleo de Pesquisas da População. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. 83f.

SOMMER, Robert. **Espaço pessoal:** as bases comportamentais de projetos e planejamentos. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. 220p.

TUAN, Y. F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEC, 1984. 288p.

### **Referências Eletrônicas**

LEVANTAMENTO NACIONAL DE ABRIGOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA REDE SAC. In: IPEA/DISOC. **Base de Dados da Rede SAC**. 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 28 nov. 2005.

TRANCIK, Anika M.; EVANS, Gary, W.. Spaces Fit for Children: Competency in the Design of Daycare Center Environments. 1995. In: **Children's Environments**. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/journals/cye>>. Acesso em: 15 nov. 2006.